

Resolução Legislativa nº 09/2023 Autoria: Nathália Silveira Braga

CRIA NO ÂMBITO DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DE MACABU A COMISSÃO ESPECIAL PARA ASSUNTOS RELACIONADOS AO CUMPRIMENTO DA LEI 11.738/2008, NO QUE TANGE A 1/3 EXTRACLASSE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RESOLUÇÃO LEGISLATIVA

- Art. 1º Cria a Comissão Especial Temporária do Poder Legislativo de Acompanhamento e Fiscalização de todos os atos do Poder Executivo relacionados ao cumprimento da Lei Federal n.º 11.738/2008, no que tange a 1/3 extraclasse pelo município de Conceição de Macabu.
- Art. 2º A Comissão Especial será composta de 03 (três) vereadores, elencados nesta Resolução, podendo, qualquer membro ser destituído, em caso de desídia, solicitação e qualquer falta injustificada em ato oficial da comissão.
- Art. 3º Compete a Comissão em razão da matéria de sua competência as diligências necessárias perante o Poder Executivo, relacionado ao cumprimento da Lei Federal n.º 11.738/2008, no que tange a 1/3 extraclasse o seguinte:
- a) Encaminhar pedidos escritos de informação a Secretários ou autoridades equivalentes, no prazo de 15 (quinze) dias úteis;
- b) Ouvir os Secretários do Município ou autoridades equivalentes;
- c) Discutir e votar proposições que lhe forem distribuídas, sujeitas a deliberação do Plenário;
- d) Realizar audiências públicas para discutir a questão em tela;
- e) Receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas, referente ao cumprimento da Lei Federal n.º 11.738/2008, no que tange a 1/ 3 extraclasse;
- f) Solicitar todo e qualquer relatório vinculado ao cumprimento da Lei Federal n.º 11.738/2008, no que tange a 1/3 extraclasse;

- g) Exercer a fiscalização contábil, financeira e orçamentária vinculada ao cumprimento da Lei Federal n.º 11.738/2008, no que tange a 1/3 extraclasse;
- h) Proceder às vistorias e levantamentos nas repartições públicas municipais descentralizadas, onde terão livre ingresso e permanência;
- Requisitar seus responsáveis a exibição dos esclarecimentos necessários;
- j) Encaminhar, quando solicitado, as informações às Comissões Permanentes;
- k) Convocar Secretários do Município ou autoridades equivalentes para prestar esclarecimentos, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, após recebida a convocação;
- Art. 4º A Comissão estabelecida nesta Resolução funcionará por 90 (noventa) dias e em igual prazo apresentará relatório de suas atividades, podendo ser renovado, por igual prazo.
- Art. 5º A composição da comissão será a seguinte: Presidente: Carlos Augusto Paula Barbosa; Relator: Cláudio Willians Ramalho Neves Junior e Membro: Tcharles Ribeiro dos Santos.
- Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Conceição de Macabu/RJ, 21 de março de 2023.

Nathália Silveira Braga Presidente da Câmara Biênio 2023-2024